

Uma história da historiografia polemista: José Carlos Reis

A polemicist history of historiography: José Carlos Reis

REIS, José Carlos. *Teoria e história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, 272 p.

Cristiano Arrais

cpaarrais@gmail.com

Professor Adjunto

Universidade Federal de Goiás

Rua 1044, 129/903, Ed. Imperial - Setor Pedro Ludovico

74825-110 - Goiânia - GO

Brasil

Palavras-chave

Historiografia; Teoria da história; Escrita da história.

Keywords

Historiography; Theory of history; Writing of history.

170

Recebido em: 5/5/2013

Aprovado em: 3/9/2013

Fenômeno importante vem ocorrendo no cenário historiográfico brasileiro dos últimos anos. Historiadores e pesquisadores de áreas diversas têm concentrado esforços no intuito de mapear o processo de constituição do pensamento histórico. No interior deste fenômeno, é possível distinguir três movimentos. Primeiro, a proposta de facilitação do acesso ao público brasileiro a obras e autores, até há algum tempo, pouco conhecidos do público brasileiro, como fazem, por exemplo, *Ideias de História* (2007), organizado por Marco Antônio Lopes; *Lições de história* (2010), organizado por Jurandir Malerba e *A história pensada* (2010), organizado por Estevão Rezende Martins. O segundo movimento, voltado para o aprofundamento e verticalização dos problemas epistemológicos e ético-políticos que envolvem o trato com o passado, tem em obras como *A História, a retórica e a crise de paradigmas* (2012), de Carlos Oiti Berbert Júnior, e *Estudos de historiografia brasileira* (2011), organizado por Lucia Bastos, seus mais recentes representantes. Por último, um movimento que visa expor ao público sínteses capazes de condensar as principais ideias, metodologias e discussões epistemológicas da historiografia contemporânea, como apresentado pela tetralogia *Teoria da história* (2011), de José d'Assunção Barros.

Em que pese o risco de generalização e compartimentalização executado por essa breve classificação historiográfica, é possível identificar duas características relativamente comuns aos três movimentos: a explicitação dos procedimentos explicativos e a preocupação com a referencialidade contextual do campo de pesquisa. Tais características, como lembrou Araújo (2010), são inerentes ao processo reconstrutivo elaborado pelo pensamento historiográfico em seu esforço de flexibilização dos procedimentos teóricos e metodológicos que "sempre estão sob o risco de serem assumidos como produtores de uma verdade impermeável".

O novo livro de José Carlos Reis, *Teoria e história*, situa-se neste terceiro movimento, que introduz e torna acessível aos historiadores temas associados à epistemologia da história. Seu sumário apresenta artigos escritos em épocas diversas, que tratam de alguns dos mais importantes temas da historiografia das últimas décadas¹. Uma breve comparação com o sumário de sua obra anterior (*História & Teoria*, 2002) demonstra como esses temas são caros ao horizonte de interesses do autor: pós-modernidade, *Annales*, Dilthey e temporalidade são problemas que, já visitados no primeiro volume, agora retornam nesta nova obra. Este retorno não implica necessariamente numa reedição da abordagem anterior, mas no tratamento do tema a partir de outra perspectiva. Este é o caso do capítulo que abre o volume, sobre o tempo histórico. Além da análise de suas três categorias formais (o passado, local da experiência, do sido, do acontecido e do vivido; o presente, o local da sens/ação, da percepção efetiva da duração

¹ A ordem de apresentação dos capítulos é: "O tempo histórico como 'representação'", de 2012; "A historiografia pós-1989: pós-modernismo, representações e micronarrativas", inédito; "Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricoeur", de 2005; "História da história (1950/1960): história e estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss", de 2008; "História da história (1900/1930): Henri Berr e a 'nova história' dos *Annales*", de 2012; "Sobre a 'compreensão' em história: Dilthey (1830-1911) versus (e vice-versa) Weber (1864-1920)", de 2008; "Os conceitos de liberdade e necessidade em Marx (1848-1890), de 1987; "Comentário final: por um pensamento brasileiro".

e o futuro, “portador tanto da inquietude, da instabilidade, do medo da finitude, quanto da esperança de ser”) Reis traça um percurso que distingue o tempo histórico como representação intelectual e como construto cultural, ancorado nas teses de Koselleck, Hartog, Ricoeur e Levinas.

A reunião de trabalhos publicados em momentos diferentes projeta uma identidade híbrida à obra. Isso significa dizer que não há qualquer ordem ou hierarquia capitular a ser seguida pelo leitor que pode, neste caso, produzir um roteiro de leitura adequado aos seus interesses. Àqueles interessados no estruturalismo encontrarão uma síntese segura do diálogo entre história e etnologia, que provocou uma alteração substancial na historiografia francesa a partir da década de 1960. Nesse estudo, Reis reconstrói os principais argumentos deste debate historiográfico, centrando-se nas figuras de Lévi-Strauss e Fernand Braudel. Para alcançar essa reconstrução, o autor retoma a interpretação clássica de Dosse (1992, p. 15), que observa no movimento dos *Annales* uma estratégia de “captação dos procedimentos, das linguagens das ciências sociais vizinhas, de uma capacidade notável de apoderar-se das roupagens dos outros” e de transformação de seus adversários em aliados por meio da sua incorporação a um programa de trabalho interdisciplinar.

Essa ênfase sintética é marca registrada das obras de José Carlos Reis, podendo o leitor observá-la também no capítulo dedicado a Henri Berr. É este um texto, diga-se de passagem, generoso com o leitor, que, além de disponibilizar ao público brasileiro um artigo de Henri Berr, enfatiza a influência que o movimento dos *Annales* sofreu desse filósofo, muito embora a mesma tenha sido eclipsada pela própria historiografia dos *annalistes*. O filósofo Berr – talvez o primeiro a utilizar o termo *Nouvelle Histoire* para descrever o movimento intelectual que então se formava em torno do combate à história política tradicional (MUCHELLI 1995) – é apresentado como um intelectual empenhado no contato interdisciplinar e na reflexão teórica. Nesse sentido, ao se afastar de Henri Berr, conclui Reis, o grupo de *Annales* prestou um desserviço à historiografia; separando a pesquisa histórica da teoria da história, trouxe o isolamento e a fragmentação para o campo das ciências humanas. O autor conclui que “sem sua teoria da história [de Berr], aliada à dos durkheimianos, não teria ocorrido a ‘revolução francesa na historiografia’”. Uma conclusão que estimula no leitor o interesse pelo estudo e aprofundamento da trajetória intelectual desse filósofo.

Estímulo semelhante o leitor encontrará em outros dois capítulos. Primeiro, no texto dedicado à diferença entre o conceito de compreensão empática, em Dilthey e Weber. O pano de fundo desse diálogo encontra-se no problema das condições subjetivas de produção do conhecimento sobre o passado. Entre a proposta de apreensão das expressões e manifestações humanas que constituem o mundo histórico-espiritual e uma perspectiva racionalista-conceitualista da compreensão, Reis enfatiza um Dilthey que situa o procedimento compreensivo da história no entrecruzamento com a arte. Já no capítulo dedicado à análise do conceito de liberdade em Marx, o autor procura diferenciar o conceito de liberdade marxiano daquele elaborado por Engels, de influência espinosiana, segundo seu julgamento. Assim, a partir do conceito de liberdade de Espinosa, associado

à contemplação de Deus, num contínuo processo de crescimento intelectual, Engels teria definido a liberdade como a “consciência da necessidade”, obtida por meio do conhecimento prático. Já em Marx, a liberdade se realiza no conceito de *práxis*, na medida em que pressupõe um movimento de autotransformação e autocriação do sujeito.

Este texto de juventude, escrito em 1987, também possibilita ao leitor estabelecer uma comparação com o único texto inédito do livro, “A historiografia pós-1989: pós-modernismo, representações e micronarrativas”. Tal comparação permite ao leitor se aproximar da trajetória intelectual do autor, observar suas empatias teórico-metodológicas e mudanças estilísticas, desde o primeiro trabalho. “O estilo nos trai”, lembrou Peter Gay (1990), porque é recurso para se aproximar do processo de aprendizagem do autor, adentrar no mundo de seu ofício. E se o estilo é “a arte da ciência do historiador”, o processo de aprendizagem inerente à escrita que José Carlos Reis, reforçou sua identidade ensaística, para além daquela apresentada em obras anteriores. Vale notar que o tom ensaístico possui um dado positivo, na medida em que a obra ganha em termos de liberdade para construir metáforas e fomentar o debate, mesmo sob o risco de reforçar subjetivismo de suas interpretações.

Neste capítulo, a atenção de Reis volta-se para a historiografia contemporânea, pós-1989. Esse recorte está fundamentado no conceito de presentismo, que marcaria o regime de historicidade atual, caracterizado pela substituição de uma história progressista (encarada como ameaça), pelo fortalecimento de uma concepção absolutizada de presente e pela ênfase numa perspectiva antropológica sobre a experiência do tempo (HARTOG 2003). Esse regime de historicidade presentista, que atinge a historiografia, tem como uma de suas principais características a pós-modernidade: “chamemos assim esse mundo pós-1989”. Essa por sua vez, segundo Reis, caracteriza-se pela dominação do capital, alienação, lógica do mercado, fatalismo, individualismo e inexistência de alternativas ideológicas, que foram substituídas por uma resistência que não significa oposição à ordem, mas aceitação e luta para “ocupar os melhores lugares, as posições mais vantajosas, obter privilégios, conquistar propriedades, ter acesso a símbolos e situações de poder” (REIS 2012, p. 83). Essa nova cultura histórica “do brilhantismo e da habilidade de comunicação e não da erudição e da defesa de valores universais”, teria como marca a empatia com os vencedores. O exemplo mais próximo poderia ser notado no debate historiográfico brasileiro sobre a escravidão: os dois regimes de historicidade encontrados pelo autor (entre 1940-1950: passadista e nostálgico; entre 1960-1970: marxista-futurista) foram abandonados em prol de um terceiro regime de historicidade, em menos de meio século: o regime de historicidade presentista (1980-1990). Nele encontraremos uma historiografia marcada por “juízos de valor completamente presentistas” (*Campos da violência*, de Sílvia Hunold Lara, 1988) ou influenciada pela “vitória consensual da ordem capitalista” (*Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, de Júnia Furtado, 2003).

Como bem notou Júnia Furtado, na apresentação de *Teoria & História*, existe neste capítulo um sentimento de nostalgia de um passado historiográfico

idealizado pelo autor. A nostalgia de uma época em que as posições historiográficas podiam ser delimitadas em termos dicotômicos. Derivada dessa nostalgia historiográfica, encontraremos um modelo explicativo – “As historiografias ocidental e brasileira não poderiam continuar as mesmas pré-1989, como se o projeto do Leste ainda estivesse em vigor. Elas tinham de mudar para acompanhar o processo histórico” (REIS 2012, p. 18) – fortemente influenciado por um determinismo político-ideológico contestável.

Controverso, polêmico. Esses talvez sejam os termos mais adequados para descrever *Teoria e história*. Mesmo em seu comentário final – uma exortação à reflexão criativa do legado histórico-filosófico europeu com vistas à criação de um pensamento histórico-filosófico brasileiro – essa identidade não é perdida. Pelo contrário, ela vai ao encontro de seu posicionamento na Introdução da obra e da crítica bastante apropriada a certos barroquismos, que pouco contribuem para a consolidação de um campo tão recente na historiografia brasileira, como é a teoria da história. Afinal, como produtores, comentadores, intérpretes do pensamento historiográfico-filosófico internacional, a historiografia brasileira deve ter o compromisso de garantir a inteligibilidade dessa produção de modo a fomentar o pensamento dialógico e crítico. Evidentemente que o modelo estilístico contrário ao *barroquismo*, o *didatismo*, que enfatiza em demasia o trabalho de tradução e interpretação, atingindo a fronteira da superficialidade, é também uma falta grave. Ao provocar no leitor o hábito do caminho mais fácil, do atalho que evita os problemas, as contradições e encruzilhadas, o didatismo vai de encontro às fontes mais férteis para o trabalho intelectual. *Teoria & História* caminha entre os extremos enunciados, utilizando o polêmico e o controverso como mote para a reflexão historiográfica.

174

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Valdei Lopes. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**: revista de história. UFJF, vol. 12. Nº 1, 2006.
- BARROS, José d' Assunção. **Teoria da história**. 4 vols. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BASTOS, Lucia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (org.) **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- BERBERT, Carlos Oiti. **A história e a crise de paradigmas**. Goiânia: UFG, 2012.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. Campinas: Editora Unicamp, 1992.
- GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HARTOG, François. **Régimes d' historicité**: presentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.
- LOPES, Marco Antônio (org.). **Ideias de história**. Londrina: EDUEL, 2007.
- MALERBA, J. **Lições de História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- MARTINS, Estevão Rezende. **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.

MUCCHIELLI, Laurant. Aux origines de la nouvelle histoire en France: l'évolution intellectuelle et la formation du champ des sciences sociales (1880-1930).

Revue de synthèse. N°1, 1995.

REIS, José Carlos. **História e Teoria.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.